

PERSPECTIVAS MULTICULTURAIS E/OU ANTIRRACISTAS DE 2013 A 2020: LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA LEI 10.639/03

*MULTICULTURAL AND/OR ANTI-RACIST PERSPECTIVES FROM 2013 TO 2020: SURVEY OF
THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE FROM THE LAW 10.639/03*

 <https://orcid.org/0009-0002-8373-7982> Clarissa Thaís Lima da Costa^A

 <https://orcid.org/0000-0002-5920-5719> Jorge Cardoso Paulino^B

 <https://orcid.org/0000-0002-7315-5500> Ana Ivenicki^C

^A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^B Secretaria Municipal de Educação de Maricá (SME), Maricá, RJ, Brasil

^C Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 28 fev. 2023 | Aceito em: 22 mai. 2023

Correspondência: Clarissa Lima (clarissalimaprofa@yahoo.com.br)

Resumo

O presente artigo apresenta as análises das tendências multiculturais (IVENICKI, 2018, 2020, CANDAU, 2016, SLEETER & McLAREN, 2009) do levantamento da produção do conhecimento em anais a partir da primeira década da Lei 10639/03, isto é 2013 a 2020 do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE) e das 37^a, 38^a e 39^a Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) por meio do GT 21: Educação e Relações Raciais. Como conclusão do artigo podemos constatar que passados os 10 primeiros meses da sanção da Lei 10.639/03, a referida legislação legitimou tanto aos docentes quanto aos pesquisadores a possibilidade de ruptura curricular eurocêntrica. Nota-se que nas edições iniciais, majoritariamente observamos possibilidades multiculturais de forma implícita, considerando a polissemia do conceito (IVENICKI, 2018).

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Multiculturalismo; Educação Antirracista; Interseccionalidade.

Abstract

This article presents the analyses of multicultural trends (IVENICKI, 2018, 2020, CANDAU, 2016, SLEETER & McLAREN, 2009) of the survey of the production of knowledge in the field from the first decade of Law 10639/03, that is 2013 to 2020 of the Brazilian Congress of Researchers Blacks (COPENE) and the 37th, 38th and 39th Meetings of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd) through GT 21: Education and Race Relations. As a conclusion of the article, we can see that after the first 10 months of the sanction of Law 10.639/03, this legislation legitimized both teachers and researchers the possibility of Eurocentric curricular rupture. It is noted that in the initial editions, we mostly observed multicultural possibilities implicitly, considering the polysemy of the concept (IVENICKI, 2018)

Keywords: Law 10.639/03; Multiculturalism; Anti-racist Education; Intersectionality.



Lei 10.639/03: possibilidade de inserção multicultural e/ou antirracista

*Apesar das experiências intensamente negativas, me
formei na escola ainda acreditando que a educação é
capacitante, que ela aumenta nossa capacidade de ser
livres.
bell hooks.*

O Parecer¹ CNE/CP 003/2004 que regulamenta a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, é um grande marco na educação brasileira, pois estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. A perspectiva multicultural da Educação, quando articulada por nuances pós-colonialista/decolonial (IVENICKI, 2018), pode possibilitar a implementação da referida Lei que amplia os horizontes do currículo escolar secularmente eurocêntrico.

O presente artigo apresenta as análises das tendências multiculturais do levantamento da produção do conhecimento em anais a partir da primeira década da Lei 10639/03, isto é 2013 a 2020 do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE) e das 37^a, 38^a e 39^a Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) por meio do GT 21: Educação e Relações Raciais. O levantamento foi elaborado como objetivos da tese de doutorado de dois dos autores deste artigo sob a orientação de uma das autoras.

No pós primeira década da Lei 10.639/03, período destacado para as pesquisas, observou-se riscos ao Estado Democrático de Direito nas Américas Latina e do Norte; pandemia de COVID 19 que fez cerca de 700 mil vítimas só no Brasil; o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos que provocou manifestações e debates acerca do antirracismo acentuando o movimento *Black Lives Matter* (Vidas negras importam) em 2020. Por outro lado, no que compete a avanços houve reconhecimento científico brasileiro na busca pela vacina da COVID 19 por meio da Dra. Jaqueline Góes, cientista mulher negra brasileira.

A evolução da pesquisa científica permite a afirmação de que o domínio de um paradigma sobre outro “seria o resultado da força política dos cientistas que o defendem, bem como as condições históricas em que eles se sobressaem” (IVENICKI e CANEN 2016, p.09).

¹ Parecer homologado em junho de 2010, apresentado pelos Conselheira e Relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf (visualizado em fev/2023)

Em concordância com Ivenicki e Canen (2016) quando apontam as condições históricas para o sobressalto de paradigmas, nota-se que o período é profícuo para as análises já mencionadas por meio de uma perspectiva científica negra ao analisarmos os anais do COPENE e as análises dos anais da 37ª, 38ª e 39ª Reuniões da ANPEd, por meio do GT21 Educação e Relações Raciais.

Diante tais aspectos históricos, entre avanços e retrocessos, observamos quais tendências predominaram nas pesquisas científicas no período 2018 a 2020. Pretende-se assim fortalecer as pesquisas que defendem o paradigma multicultural. Estabelecemos como critério analisarmos as pesquisas que se assemelham às categorias multiculturalismo e educação antirracista.

O artigo está estruturado por essa parte que foi a Introdução, seguida do próximo item que aprofundará as categorias teóricas do estudo e, em seguida, análise do levantamento da produção do conhecimento.

Perspectiva Multicultural e Antirracista: Polissemia do Conceito

Essa seção irá abordar os conceitos centrais que motivaram o presente estudo que são: multiculturalismo e educação antirracista.

O conceito de multiculturalismo é polissêmico (IVENICKI, 2018, 2020, CANDAU, 2016, SLEETER & McLAREN, 2009), pois pode ser apresentado nas suas diferentes vertentes, que incluem abordagens como multiculturalismo assimilacionista, multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural, multiculturalismo interativo ou interculturalidade (CANDAU, 2016) e, ainda, as perspectivas multiculturais liberal ou folclórica, pós-colonial ou pós-moderna (IVENICKI, 2018, CANDAU, 2016, SLEETER & McLAREN, 2009). No presente estudo, iremos abordar a perspectiva multicultural que pretende analisar o currículo e as relações com o poder e subvertê-lo, que seria uma perspectiva decolonial ou pós-moderna (IVENICKI, 2018, BANKS, 2004 e CANDAU E MOREIRA, 2008).

Em diálogo com a perspectiva multicultural decolonial, recorreremos a Crenshaw (2004, p.8) para “reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero”, sendo necessário, portanto o conceito de interseccionalidade.

Já no que se refere à Educação Antirracista, nota-se que documentos oficiais do campo educacional, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2013b) bem como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), salientam a importância do amparo, acolhimento e respeito à diversidade e à pluralidade cultural e étnico-racial no currículo escolar (BRASIL, 2013b). No entanto, reconhecemos que o recorte antirracista nos documentos oficiais é resultado de debates, reflexões e pesquisas no Brasil, acerca das diferenças culturais e das relações étnico-raciais desiguais, denunciadas há décadas pelo Movimento Negro (OLIVEIRA & CANDAU, 2010; CANDAU 2012; PEREIRA, 2019).

Nota-se a importância do reconhecimento do papel central do Movimento Negro para a inserção de outras narrativas no currículo escolar. Tal relevância pode ser observada enquanto aqueles e aquelas que apresentam no discurso a luta antirracista e a valorização das diferenças, também no currículo, como reconhecimento identitário, como explica Pereira (2019, p.125):

Essa luta não pode ser vista como restrita a um estado nacional, ao contrário, posto que encontramos em diversas fontes históricas muitas evidências de que movimentos da população negra, como valentes guerreiras, têm produzido diferentes estratégias de luta antirracista por educação e pela afirmação de sua humanidade ao longo da história. Essas ações e informações produzidas circulam, tornam-se referenciais e inspiram a continuidade e, também, a transformação dessas lutas antirracistas pela diáspora.

A afirmação de Pereira (2019) é corroborada com a afirmação de Rizzo e Marques (2020) a partir de estudos sobre a inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais – DCNERER no currículo dos cursos de Pedagogia do Estado de Mato Grosso do Sul como implementação da Lei 10.639/03. No referido estudo, Rizzo e Marques (2020, p.2) afirmam que:

A Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) no Brasil é fruto do protagonismo do Movimento Negro e dos movimentos intelectuais, que historicamente denunciaram a imposição da lógica eurocêntrica nos currículos escolares. A relação de poder colonial vigente ainda privilegia a epistemologia europeia, que Dussel (2005) define como a geopolítica do conhecimento. Essa epistemologia contribuiu para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas, representando a produção, o controle e a legitimação dos conhecimentos dos povos colonizadores com os saberes ocidentais considerados universais.

No entanto, concordamos com Pereira (2019) e com Rizzo e Marques (2020), para afirmar que a importância do Movimento Negro se traduz enquanto articulação histórica de denúncias da unicidade de narrativa em paralelo à exposição das diversas histórias e

memórias suprimidas e apagadas pelo imaginário secular do mundo moderno/colonial, o que é apresentado por Mignolo (2005, p.37) no seguinte excerto:

O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera.

O reconhecimento do imaginário do mundo moderno/colonial apontado por Mignolo (2005) pode ser um dos principais indícios da urgência da educação antirracista. Tal imaginário é bastante presente no cotidiano escolar fomentado por professores/as por meio dos contos, fantasias, imagens representativas nos murais, brinquedos e demais referências culturais, também percebidas e publicadas por uma das autoras (LIMA, 2015; LIMA, 2017a), ao longo de 14 anos como professora da educação infantil. Esses indícios do imaginário a que nos referimos foram igualmente observados em outros estudos (CAVALLEIRO, 2004; GOMES, 2019a), traduzindo a necessidade de implementação de outras narrativas, mais plurais, para que ocorra a educação antirracista, exatamente pela compreensão de Mignolo (2015, p. 383) de que:

Racismo não é biológico, mas sim epistêmico; é a classificação e a hierarquização de umas pessoas por outras que controlam a produção do conhecimento, que estão em posição de atribuir credibilidade a tal classificação e hierarquização e que estabelecem a si mesmas como o padrão: “os humanos” – todos os demais são apenas diferentes graus de quase ou semi-humanos.

O imaginário do mundo moderno/colonial atrelado à compreensão de racismo como epistêmico nos remete à emergência da formação de professores para a educação antirracista. A partir da formação de professores, é possível contrapor o multiculturalismo ao imaginário moderno/colonial, de modo a promover o autoconhecimento identitário dos professores. Isso porque “compreender o impacto do currículo na formação das identidades docentes é entender suas possibilidades em promover a reprodução de preconceitos ou, ao contrário, a valorização da diversidade cultural” (IVENICKI, 2018, p.1159). Para Almeida (2019), o racismo opera na estrutura da sociedade, conforme ele explica em Almeida (2019, p.20):

A tese central é de que o *racismo é sempre estrutural*, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] O racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

No entanto, conscientes da eficácia do racismo espitêmico (MIGNOLO, 2015) enquanto reprodutor de omissões seculares de saberes de grupos subalternizados, vislumbramos que o impacto do currículo na formação das identidades docentes afirmado por Ivenicki (2018) precisa da constante narrativa e luta antirracista protagonizada pelo Movimento Negro (PEREIRA, 2019).

Diante os conceitos expostos, reconhecemos a educação antirracista como aquela que contrapõe a unicidade de narrativas no ambiente escolar e que se encontra inspirada pelo Movimento Negro na ruptura do pensamento hegemônico colonialista pautado no imaginário secular do mundo moderno/colonial apontada por Mignolo (2005). No entanto, para que a educação antirracista ocorra, acreditamos que a formação inicial e continuada de professores pode ser incrementada, propiciando a produção do conhecimento no horizonte de formação de identidades docentes, como afirma Ivenicki (2018).

A partir da apresentação dos conceitos principais que embasam este estudo, ou seja, apresentamos, o levantamento da produção de conhecimento. Observaremos a seguir as análises dos anais da 37^a, 38^a e 39^a Reuniões da ANPEd, as quais nos limites deste artigo, estão vinculadas ao GT21 Educação e Relações Raciais por considerarmos o grupo melhor articulado com a Lei 10.639. Em seguida, VIII, XIX e X COPENE, como já mencionado, correspondente ao período estabelecido.

Anais do GT21 da ANPEd a partir da primeira década da Lei 10.639/03: nuances e tendências multiculturais e/ou antirracistas

Nos anais da 37^a reunião da ANPEd, o Grupo de Trabalho “Educação e Relações Étnico-Raciais” (GT 21) teve 29 trabalhos publicados. De acordo com os pontos de interesse do presente estudo, foram selecionados 13 trabalhos, que tratavam da questão étnico-racial negra e da educação escolar. No que diz respeito à 38^a reunião da ANPEd e seus respectivos anais, foram encontrados 23 artigos e, dentre esse número, selecionamos 10 produções pertinentes ao critério de seleção mencionado acima. Acerca dos anais da última reunião da ANPEd (39^a), este levantamento contabilizou 30 trabalhos vinculados ao GT 21, contudo, selecionamos 16 artigos, que também se limitaram a relacionar as questões étnico-raciais à educação básica escolar.

No geral, iniciamos a elaboração desta pesquisa seguindo o estilo “estado do conhecimento”, com um total de 73 trabalhos, todos publicados pelo GT 21 de 2015 a 2019.

A partir do eixo temático, acima discriminado, foram selecionados, para compor este estudo, 40 trabalhos conferidos por meio da seguinte sistemática de apuração: a) Busca no site da ANPED; b) Leitura dos resumos e palavras-chave; c) Análise qualitativa dos trabalhos, com vistas a avaliar como a questão racial negra tem sido relacionada à temática da educação escolar, com fins de destacar suas abordagens teóricas e implicações práticas.

No que tange aos tratamentos metodológicos, os trabalhos elencados apresentaram diversidade, compreendendo, por exemplo: estudos de caso do tipo etnográfico, pesquisa-ação, narrativas e história de vida, análises de práticas discursivas, análises de conteúdo, pesquisa bibliográfica. As técnicas também foram diversas: entrevistas, questionários, observação, grupo focal, diário de campo e análise de documentos.

Acerca dos trabalhos que perpassam tematicamente sobre a implementação e prática da Lei 10.639/2003, no contexto escolar formal, temos muitas contribuições advindas de várias áreas do conhecimento e amparadas por abordagens várias, como exposto no trabalho de Reis e Silva (2015), no qual buscou-se compreender a sua implementação pelos sistemas públicos e particulares de ensino de Pernambuco, bem como a construção de políticas e práticas curriculares de educação das relações étnico-raciais.. Na mesma esteira, Machado (2015) evidencia em seu artigo que ainda é necessário investimento e oferta de políticas de formação para a comunidade docente, de modo a efetivar a implementação da Lei 10.639/2003 e romper, especificamente, com a produção e a manutenção do racismo no ensino fundamental de Vitória-ES.

Por outro lado, Almeida e Saravali (2015) abordam as demandas da mesma Lei, trazendo, em seu artigo, registros e reflexões de uma intervenção pedagógica em sala de aula. Do mesmo modo, Oliveira (2015) sugere o paradigma da educomunicação como possibilidade de aproximar os campos da cultura, da comunicação e da educação contribuindo, assim, para a implantação da Lei 10.639/03 na Educação Básica.

Quando se trata de contexto escolar nortista, Barroso e Oliveira (2015) apresentam, em seu artigo, as conexões entre a educação para as relações étnico-raciais e o imaginário social de docentes da Rede Pública Estadual de Belém-Pará. Com esse estudo, as autoras revelam que o campo pesquisado está distante de efetivar práticas alinhadas com as definições da lei 10.639/2003, sobretudo por desconhecimento, tanto das teorias relacionadas às teorias das relações étnico-raciais quanto da história e cultura africanas e afro-brasileiras, além de

existir a intolerância e pré-conceito religioso como um dos grandes obstáculos para a aproximação desses saberes.

O estudo de Gatinho (2017) examina as práticas do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (EHCAA) em escolas públicas de Rio Branco-Acre. A partir de entrevistas com grupos focais de docentes e gestoras de quatro escolas, e com técnicos e gestores da Secretaria de Educação, se evidenciou que agentes são, ainda, desinteressados pelo debate acerca da elaboração das disciplinas e do conhecimento escolar pertinentes à temática afro, implicando a precarização de programas e práticas pedagógicas, além do alheamento ao estatuto e conteúdo das disciplinas escolares.

Santos (2017), em seu trabalho, elabora uma reflexão epistemológica acerca da concepção de “força vital” da obra *“La Philosophie Bantoue”*, de Placide Tempels, e a concepção de axé das religiões brasileiras de matrizes africanas, na obra *“Os nàgô e a morte: pàde, asèsè e o culto Égun na Bahia”*, de Juana Elbein dos Santos. Ao relacionar essas obras à educação escolar, a autora conclui que, apesar da implementação da lei 10.639/2003, se o currículo escolar e o campo da formação docente seguirem indiferentes à produção acadêmica africana, bem como aos conteúdos culturais e religiosos da diáspora africana, tanto as disciplinas escolares quanto as pesquisas manterão o passivo cultural sobre a história e a cultura africanas e afro-brasileiras.

O trabalho de Santos e Silva (2017) traz o levantamento das produções acadêmicas vinculadas ao Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT-21) da Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). O estudo se debruça sobre os Anais das Reuniões Anuais da ANPEd, referentes ao período de 2000 a 2015. O critério de seleção dessas produções foi a apresentação de temáticas relacionadas à política educacional, à política curricular, às políticas de ações afirmativas, ao Movimento Negro e à Lei nº 10.639/2003. A conclusão apresentada pelas autoras indica que as produções, examinadas à luz do dialogismo discursivo (BAKHTIN, 2010), impulsionam debates acerca da superação do racismo, da discriminação e do preconceito racial nos diferentes campos sociais.

Brito (2019), em seu artigo, expõe análises parciais de uma pesquisa realizada em uma escola do Ensino Médio da Bahia. Ao examinar processos de deslocamento subjetivo e resistência dos alunos frente à dinâmica do poder institucional escolar, o estudo evidencia que há criações de espaços e ações que contrariam os ditames (pré)vistos pelos planejamentos curriculares e pela norma branca.

Gaudio e Carvalho (2019) analisam qualitativamente como as crianças na faixa etária de zero a cinco anos são contempladas pelo documento “Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Básica” (2016), elaborado coletivamente por consultoras, gestoras e docentes da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Como resultado, a pesquisa reconhece que a Matriz se apresenta alinhada às Diretrizes nacionais e municipais para a Educação Infantil. O documento analisado subsidia possibilidades de práticas pedagógicas mobilizadoras de concepções de pertencimentos étnico-raciais entre as crianças, através de experiências com o corpo, brincadeiras, músicas, literaturas, imagens, expressões artísticas, entre outras.

Oliveira e Gomes (2019), por sua vez, elaboram reflexões sobre uma ação pedagógica capaz de contribuir para a representação da mulher negra não estereotipada. As autoras discriminam que os processos educativos que ignoram as relações étnico-raciais e, conseqüentemente, o papel das mulheres negras, colaboram para a fragilização de sua representação e autorrepresentação, o que impacta, inclusive, na relação com os estudos.

A pesquisa de Pinho e Ribeiro (2019) tem por eixo temático as relações étnico-raciais nas aulas de Educação Física de uma professora da Escola Municipal Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, situada no bairro Alvorada (antigo Quarta-Feira), em Cuiabá, MT. No artigo, é apresentado um recorte da pesquisa, elencando dados de alguns entrevistados, ex-alunos da professora, em diálogo com parte dos relatos das aulas e projetos interdisciplinares, a fim de analisar deslocamentos que possibilitaram construções de conhecimento a respeito das relações étnico-raciais, imbricados a partir da dança nas aulas de Educação Física.

Também na área da Educação Física, Bins (2015) apresenta abordagens que docentes de escolas municipais de Porto Alegre executam, para contemplar as questões étnico-raciais em suas aulas, e quais dispositivos político-pedagógicos Municipais, Estaduais e Federais interferem em suas práticas. Os dados foram constituídos através de um questionário diagnóstico e um estudo de caso etnográfico com um professor de Educação Física, em específico. Com a exposição de resultados de dimensão reflexiva, o trabalho aponta que, apesar da presença de articulações institucionais que, em tese, fomentam a presença da Educação para as Relações Raciais nas aulas de Educação Física, evidencia-se a reivindicação pela materialização da lei na prática e um maior interesse dos pares pela questão em pauta.

O artigo de Santos (2019) traz um levantamento de práticas que possibilitaram pensar metodologias e ações pedagógicas mais humanizadas e criativas em contextos escolares, sobretudo, periféricos. A partir da proposta de criar espaços mais horizontalizados, houve a oportunidade de os jovens exercerem a fala e a escuta interessada, o que possibilitou a produção de dados que, analisados, resultaram na percepção da necessidade de um ensino mais horizontal e mais dinâmico, que se importa com o reconhecimento do território que as juventudes vivenciam em complexidade e intensidade no cotidiano. Os dados empíricos foram coletados por meio do Projeto “Pesquisadoras da educação básica em periferias”, que consiste em diálogos e trocas entre os integrantes de escolas públicas em regiões periféricas de diversas cidades brasileiras, sob a ação individual de nove pesquisadores negros que desenvolvem pesquisas com um tópico temático em comum: o racismo e a relação com a equidade escolar.

A pesquisa de Sousa (2015) investigou o modelo ideal de representação beleza entre estudantes do Ensino Fundamental II de uma escola pública e, a partir de interpretações sobre a leitura de livros infanto-juvenis, com personagens negras no século XXI, produziu efeitos de desestabilização das noções eurocêtricas, no que diz respeito a padrões de beleza.

Marques (2019) reflete sobre a problemática da literatura mitológica africana, direcionada ao público escolar infantil da cidade Macaé, Rio de Janeiro, e as relações que derivam desse encontro pedagógico. A partir da literatura da área e de posicionamentos nas redes sociais, a autora conclui que ainda existem questões que precisam ser solucionadas em relação a essas narrativas, visto que a sua presença tende a aflorar a intolerância às religiões de matrizes africanas existentes no espaço escolar.

Aqui, destacamos que, entre os trabalhos selecionados, encontramos a publicação de Müller (2015), já mencionada acima. Sua pesquisa objetivou mapear a produção acadêmica brasileira sobre a imagem do negro no livro didático, em dissertações de mestrado e em teses de doutorado produzidas entre os anos de 2003 e 2013, disponibilizadas nos bancos de dados de Teses da Capes, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Domínio Público. A pesquisa constatou que, sob a influência da Lei nº 10.639/2003, houve significativo aumento de pesquisas acerca da temática. Do mesmo modo, a referida lei gerou efeitos sobre a organização dos livros didáticos e os editais do PNLD. A pesquisadora concluiu que, na amostragem de trabalhos por ela analisada, ainda persiste o uso de imagens estereotipadas do negro e da África.

Assim, mediante os diálogos estabelecidos com as autoras e autores, pelo levantamento da produção acadêmica divulgada através do GT 21 nas três reuniões da ANPEd nacional elencadas para este artigo, reconhecemos as nuances da perspectiva multicultural. A seguir, apresentamos as análises dos anais do COPENE.

Anais COPENE a partir da primeira década da Lei 10.639/03: nuances e tendências multiculturais e/ou antirracistas

O VIII COPENE aconteceu entre os dias 29 de julho e 2 de agosto de 2014, na Universidade Federal do Pará e teve como tema “Ações Afirmativas: cidadania e relações étnico-raciais”.

Ao longo das 1985 páginas apresentadas há 94 resumos nas 94 páginas iniciais; 09 textos estruturados entre as páginas 95 e 201; 29 simpósios das páginas 202 a 221; 131 textos estruturados da página 221 a 1985. Nos limites do referido artigo optamos por analisar os resumos que dialogam com as categorias em comum. Desse modo, dos 94 resumos apresentados, notamos que 8 deles relacionam-se a alguma das categorias que elencamos para a presente artigo, a saber, multiculturalismo e educação antirracista.

No que se refere a categoria Multiculturalismo encontramos, de maneira implícita, possibilidades nos resumos de Silva (2014), Carvalho, Maia e Fidelis (2014); Reis e Silva (2014) Souza e Silva (2014) e Rodrigues e Foster (2014), pois seus trabalhos buscaram inserir a história e cultura africana e/ou afro-brasileira no currículo escolar ou em práticas docentes.

Não há menção nos resumos dos pesquisadores acima à perspectiva multicultural, mas nota-se possibilidades multiculturais pela busca da inserção de culturas historicamente invisibilizadas no currículo escolar. Assim, ainda que de forma implícita, os trabalhos acima nos revelam possibilidade multicultural com tendências pós-colonial (IVENICKI, 2018) já que reconhecem e problematizam a composição hegemônica colonialista no currículo e apresentam ações contra hegemônicas.

Nos resumos apresentados por Fidelis, Noronha e Silveira (2014), Coelho e Abreu (2014), Mattos e Silva (2014) também podemos perceber implicitamente possibilidades multiculturais, com tendências pós-coloniais (IVENICKI, 2018). Nota-se tais possibilidades na medida em que os textos propõem rupturas de padrões universalistas por meio do currículo

escolar para uma transformação social, configurando também, ainda que de maneira implícita, possível nuance de Educação Antirracista.

Quando nos referimos aos simpósios, como mencionado no gráfico anterior, trata-se de 29 temáticas diversas contemplando desde a Lei 10.639/03 até políticas de Ações Afirmativas. Nota-se que dois temas do Simpósio relacionam-se às categorias do presente artigo. Trata-se dos simpósios 1- A Lei n. 10.639/03 e o ensino de história: dilemas, conflitos e experiências de uma década e 9- Relações étnico-raciais nos currículos da educação básica.

Constatamos que dos trabalhos analisados no VIII COPENE, 8 prevaleceram de forma implícita apresentando tendências a um olhar multicultural, sendo 5 com nuances pós-colonialistas (IVENICKI, 2018), e 3 com nuances de Educação Antirracista. Também foi observado de forma explícita em alguns trabalhos, a formação docente ora compreendida como formação continuada ora compreendida como formação de educadoras e educadores com intenções multiculturais implícitas. Em seguida, apresentamos as tendências que prevaleceram no IX COPENE.

O IX COPENE aconteceu em Dourados/MS, de 24/01/2017 a 27/01/2017, realizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE), juntamente com a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

O Caderno de Resumos contém 145 páginas em formato pdf, estruturado em 22 Grupos de Trabalhos (GT's), organizado em planilhas contendo a autoria, título e resumo do trabalho. Não há menções ao tipo de trabalho os quais os resumos se referem, sejam eles simpósios, comunicação coordenada ou oral, minicurso ou oficina.

Os GT's apresentaram temas diversos como Ação Afirmativa e Afro-Brasileiros: Experiências de Implantação, Dilemas e Possibilidades e Saúde da População Negra e a Implementação da PNSIPN, por exemplo.

Considerando os limites do presente estudo diante da magnitude do IX Copene, elencamos o GT 03- Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica e Técnica (ERER na Educação Básica e Técnica) como aquele que melhor se aproxima das categorias elencadas no referido artigo. Dos 41 resumos expostos no GT 03, identificamos 8 com semelhanças às categorias da referida pesquisa.

Os trabalhos de Ferreira (2017), Vidal (2017), Gomes (a2017), Silva (c2017), Lopes (2017) e Batista (2017), apresentam de maneira implícita referências semelhantes à

perspectiva multicultural com tendência pós-colonialista (IVENICKI, 2018), pois apresentam discursos que ora defende o pensamento decolonial. reconhecimento identitário, a ora defende implementação da Lei 10.639/03 e, em outros momentos, defende a superação do etnocentrismo europeu no currículo escolar.

Os estudos de Silva (2017), ainda que de maneira implícita, apresentam um discurso que se assemelha a defesa de uma Educação Antirracista, propondo a implantação de Pedagogia Institucional para combater o racismo na escola. Vale à pena recorrer ao Referencial Teórico do referido artigo para ressaltar que ancorados em estudos de Ivenicki (2020), Pereira (2019); Rizzo e Marques (2020) compreendemos Educação Antirracista como aquela que contrapõe a unicidade de narrativas no ambiente escolar e que se encontra inspirada pelo Movimento Negro na ruptura do pensamento hegemônico colonialista.

Por outro lado, Marques (2017), defende de forma explícita a Educação Antirracista, citando os debates do Movimento Negro como percursos da descolonização do currículo escolar.

Observamos que dos 10 trabalhos analisados no GT 03 do IX Copene, prevaleceu a perspectiva multicultural, de forma implícita, com tendência pós-colonial (IVENICKI, 2018) com 06 trabalhos, seguido da perspectiva implicitamente relacionada à Educação Antirracista com 01 trabalho. Dos trabalhos que apresentaram as categorias de forma explícita, observamos que 01 deles apresentou a perspectiva de Educação Antirracista, outro apresentou a Formação Profissional da Educação Básica e 01 apresentou Formação de Professores. Analisaremos a seguir as tendências observadas no X COPENE.

O X Copene foi realizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) entre os dias 12 e 17 de outubro de 2018 na UFU, em Uberlândia/MG.

O tema do X Copene foi “(Re) Existência Intelectual Negra e Ancestral: 18 anos de Enfrentamento”.

Na Introdução do arquivo destacado acima que contém os anais, há também o anúncio da realização do I SIMPÓSIO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA ABPN – SINEB – 2018 a ser realizado ao longo do X Copene. Sobre isso, na página 09 do referido documento lê-se:

Em observação à diretriz que indicava para a perspectiva de ampliar a participação dos/as profissionais da Educação Básica nesse Congresso, concretizou-se então a realização do I SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ABPN 2018 - SINEB. A efetivação desse simpósio tem também uma história de resistência. Foi construída a

muitas vozes. É fruto de reflexões, debates, discussões e reivindicações anteriores que aconteceram em várias regiões do país. Em 2017, na cidade de Dourados/MS, no IX COPENE, formalizou-se uma proposta de instituição de um Fórum Permanente de Educação Básica como também aconteceu um GT específico com 42 trabalhos aprovados.

A partir da informação do excerto acima, podemos perceber a relevância do I Simpósio de Educação Básica da ABPN.

Dos 213 trabalhos apresentados, nos limites da referida artigo, analisamos os trabalhos apresentados nas Sessões Temáticas do I Simpósio Nacional da Educação Básica da ABPN que se assemelham às categorias na referida artigo. São 3 Sessões Temáticas com os seguintes títulos: Sessão Temática 10 - Educação Básica e Experiências Emancipatórias na Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais; Sessão Temática 11 - Educação de Jovens e Adultos e Relações Étnico-Raciais na Educação Básica; Sessão Temática 48 - Relações Raciais na Educação Básica: pesquisas, práticas e construção de saberes.

Optamos por analisarmos os trabalhos da Sessão Temática 48 – Relações Raciais na Educação Básica: pesquisas, práticas e saberes, por consideramos a temática que melhor se aproxima do referido artigo. Trata-se de 39 trabalhos. Desse total, elencamos 4 que dialogam com o referido estudo.

Sendo assim, reconhecemos nos estudos de Nascimento (2018) e Angelo (2018) possibilidades educacionais antirracistas de forma explícita. Nascimento (2018) defende em seu estudo a ruptura de um currículo eurocêntrico com a inserção da construção de conhecimento baseada em saberes decoloniais a partir de uma visão afroreferenciada. Já no trabalho de Angelo (2018) há nuances de Educação Antirracista de forma explícita, inclusive no contexto de escola particular, assemelhando-se ainda mais da referida artigo.

Por outro lado, o trabalho de Laurindo, Lourenço e Santos (2018), apresenta a perspectiva multicultural pós-colonial (IVENICKI, 2018) de maneira implícita pois defende a ruptura de um currículo homogeneizador e aponta a formação continuada docente como mecanismo eficaz para tal ruptura.

No trabalho de Souza (2018) nota-se possibilidades de uma perspectiva multicultural implícita com nuance liberal (IVENICKI, 2018) pois trata-se da observância de discursos a partir da Lei 10.639/03 para percepção de conduta contra-hegemônica e antirracista. No entanto, compreendendo a perspectiva multicultural liberal como aquela que se refere a uma concepção “turística” a qual currículos estariam multiculturalmente sensibilizados por meio

de celebração de comidas típicas, festivais e valores de grupos oprimidos (IVENICKI, 2018, p. 1154). Nesse sentido, a observância de discurso sem uma proposição de inversão curricular, nos remete a tal tendência.

Nota-se a categoria Educação Antirracista como preponderante a qual dos 4 trabalhos apresentados, 2 a trouxeram de forma explícita. A perspectiva multicultural apareceu em 2 trabalhos de forma implícita, sendo um deles com uma tendência pós-colonial (IVENICKI, 2018) e outro com uma tendência liberal (IVENICKI, 2018).

O X COPENE foi o último congresso que analisamos, conforme estabelecido em objetivos, nos limites do presente artigo. A seguir, poderá ser observado um balanço quanto às análises das tendências do COPENE na década 2012 a 2022.

Conclusões e Recomendações

Foram analisados neste artigo os anais das 37^a, 38^a e 39^a Reuniões da ANPEd por meio do GT21 e do VIII, IX e X Copene. Os anais correspondem a produção de conhecimento a partir da primeira década da Lei 10.639/03 que contextualizamos no início do capítulo.

Como conclusão do artigo podemos constatar que passados os 10 primeiros meses da sanção da Lei 10.639/03, a referida legislação legitimou tanto aos docentes quanto aos pesquisadores a possibilidade de ruptura curricular eurocêntrica. Desse modo, notamos que a categoria multiculturalismo esteve presente nas edições analisadas, também como possibilidade de perspectiva educacional que desafia preconceitos e impulsiona a implementação da Lei 10.639/03. Nota-se que nas edições iniciais, majoritariamente observamos possibilidades multiculturais de forma implícita, considerando a polissemia do conceito (IVENICKI, 2018).

Passados 20 anos da Lei 10.39/03, recomendamos que a perspectiva multicultural, abrangendo toda a polissemia do conceito (IVENICKI, 2018), possa traduzir em futuros estudos nuances e tendências analisadas que visam desafiar preconceitos por meio do currículo escolar e como uma das possibilidades de inserção da Lei 10.639/03 nas escolas brasileiras.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BANKS, J. A. Introduction: democratic citizenship education in multicultural societies. In: BANKS, J. A. (Ed.). *Diversity and Citizenship Education*. San Francisco: John Willey & Sons, 2004. p. 3–15.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica* /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2013.

Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>
le Acesso em: 27/02/2023

CANAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

_____, Vera Maria Ferrão. "Ideias Força" do Pensamento de Boaventura Sousa Santos e a Educação Intercultural." *Educação em Revista* 32.1. p. 15-34. 2016.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Editora Contexto, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Raça e Educação Infantil: À Procura de Justiça. *Revista E-Curriculum* (PUCSP), v17, p.1015-1044, 2019a.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Editora Vozes Limitada, 2019b

GONÇALVES, Petronilha Beatriz et al. Como educar-se/educar num mundo de crescentes desigualdades?(How do I educate myself/and how to educate in a world of growing inequality?). *Crítica Educativa*, v. 5, n. 1, p. 10-20, 2019.

IVENICKI, Ana; CANEN, Alberto Gabbay. Metodologia da Pesquisa: rompendo fronteiras curriculares. Rio de Janeiro: *Ciência Moderna*, v. 1, 2016.

_____. Multiculturalismo e Formação de Professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 26, p. 1151-1167, 2018.

_____. Perspectivas Multiculturais para o Currículo de Formação Docente Antirracista. *Revista ABPN*, v. 12, p. 30-45, 2020.

LIMA, Clarissa. *Cor de Pele: valorizando as diferenças para as oportunidades serem iguais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

_____. *Cor de Pele II: (Re) conhecer o passado para compreender o presente e transformar o futuro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

_____. *Narrativas de Mulheres Negras na Educação de Crianças: possibilidades multiculturais e/ou antirracistas*. Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.145, 2021.

MIGNOLO, Walter D. In LANDER, Edgardo et al. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: PINTO, Júlio Roberto de Souza; Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em revista*, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.

PEREIRA, Amílcar Araujo. Black Lives Matter nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 172, p. 122-143, 2019.

RIZZO, Jakellinny G. S. ; MARQUES, Eugenia P. S. ; O deslocamento epistêmico trazido pelas DCNERER e a formação inicial de professores. *Revista de Educação Pública*, v. 29, p. 1-15, 2020.

SLEETER, C. E.; MCLAREN, P. Origins of multiculturalism. In: AU, W. (Ed.). *Rethinking multicultural education: teaching for racial and cultural justice*. Wisconsin: Rethinking Schools, 2009. p. 17–20, 2009

Referências ANPED

ARANTES. Adlene Silva. Educação e racialização: uma análise a partir dos conteúdos escolares das aulas primárias pernambucanas (1928-1939). 2017. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 38ª Reunião Nacional da ANPED, São Luís/MA, outubro, 2017. ISSN 2447-2808.

ALMEIDA, Elizângela Áreas Ferreira de; Saravali, Eliane Giachetto. *Construção de concepções étnico-raciais africanas em sala de aula*. 2015. Trabalho apresentado no GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais). Anais da 37ª Reunião Científica da ANPED. Florianópolis, outubro de 2015. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/construcao-de-concepcoes-etnico-raciais-africanas-em-sala-de-aula>

BARROSO, Gisele Nascimento; OLIVEIRA, Ilka Joseane Pinheiro. O olhar docente sobre educação das relações étnico-raciais: fios e tramas do imaginário social de professores em Belém do Pará.

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 10, N. 1 - p. 385-405, janeiro de 2024: "Dossiê: 20 anos da Lei 10.639: Conversas Curriculares Entre Saberes, Práticas e Políticas Antirracistas II". DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2024.73802>

BINS, Gabriela Nobre. A educação física e os limites para o trabalho com a questão étnico racial na rede municipal de ensino de Porto Alegre. 2015. Trabalho apresentado no GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais). Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd. Florianópolis, outubro de 2015. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <<https://anped.org.br/biblioteca/item/educacao-fisica-e-os-limites-para-o-trabalho-com-questao-etnico-racial-na-rede>> Acesso em: junho de 2020.

BRITO, Eliana Póvoas Pereira Estrela. Entre a aceitação e a fuga: a juventude negra em trânsito nos currículos escolares. 2019. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 39ª Reunião Nacional da ANPEd, Niterói/RJ, outubro, 2019. ISSN 2447-2808.

CARVALHO, Thaís Regina de. Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC. 2017. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 38ª Reunião Nacional da ANPEd, São Luís/MA, outubro, 2017. ISSN2447-2808.

GATINHO, Andrio Alves. Práticas do ensino de história e cultura afrobrasileira e africana em escolas públicas do Acre. 2017. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 38ª Reunião Nacional da ANPEd, São Luís/MA, outubro, 2017. ISSN 2447-2808.

GAUDIO, Eduarda Souza; CARVALHO, Thaís Regina de. Matriz curricular para a educação das relações étnico-raciais na Educação Básica de Florianópolis: análises sobre a educação infantil. 2019. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 39ª Reunião Nacional da ANPEd, Niterói/RJ, outubro, 2019. ISSN 2447-2808.

MACHADO, *Sandra Maria*. Cotidiano escolar (re)trato social: curriculando as relações raciais. 2015. Trabalho apresentado no GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais). Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd. Florianópolis, outubro de 2015. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <<https://anped.org.br/biblioteca/item/cotidiano-escolarretrato-social-curriculando-relacoes-raciais>>

MARQUES, Maria Cristina. As literaturas africanas e afro-brasileiras: o desafio da aplicabilidade da lei 10639/2003 de levar o leitor a uma viagem com os personagens deuses afros. 2019. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 39ª Reunião Nacional da ANPEd, Niterói/RJ, outubro, 2019. ISSN 2447-2808.

MÜLLER, Tânia Mara Pedrosa. A produção acadêmica sobre a imagem do negro no livro didático: estado do conhecimento (2003-2013). 2015. Trabalho apresentado no GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais). Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd. Florianópolis, outubro de 2015. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <<https://anped.org.br/biblioteca/item/producao-academica-sobre-imagem-do-negro-no-livro-didatico-estado-do-conhecimento>> Acesso em: junho de 2020.

OLIVEIRA, Luciana Ribeiro de; GOMES, Ana Cristina da Costa. Mulher negra, representação e pedagogias outras: diferentes formas de ver e fazer educação antirracista.

2019. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 39ª Reunião Nacional da ANPEd, Niterói/RJ, outubro, 2019. ISSN 2447-2808.

OLIVEIRA, Leunice Martins de. Educomunicação para a educação das raciais relações étnico-raciais. 2015. Trabalho apresentado no GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais). Anais da 37a Reunião Científica da ANPEd. Florianópolis, outubro de 2015. ISSN: 2447-2808. Disponível em:

<<https://anped.org.br/biblioteca/item/educacao-para-educacao-das-relacoes-etnicoraciais>>.

PINHO, Vilma Aparecida de; RIBEIRO, Sueli de Fatima Xavier. Na dança dos corpos as identidades étnico-raciais se identificam na educação física escolar. 2019. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 39ª Reunião Nacional da ANPEd, Niterói/RJ, outubro, 2019. ISSN 2447-2808.

REIS, Maria da Conceição dos; SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. A lei nº 10.639/2003 nas escolas pernambucanas: políticas e práticas curriculares para sua implementação. 2015. Trabalho apresentado no GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais). Anais da 37a Reunião Científica da ANPEd. Florianópolis, outubro de 2015. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <<https://anped.org.br/biblioteca/item/educacao-fisica-e-os-limites-para-o-trabalho-com-questao-etnico-racial-na-rede>> Acesso em: junho de 2020.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Aportes de “la philosophie bantoue” e a sua relação com a concepção de axé das religiões brasileiras de matrizes africanas: questões para a educação das relações étnico-raciais. 2017. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 38ª Reunião Nacional da ANPEd, São Luís/MA, outubro, 2017. ISSN 2447-2808.

SANTOS, Raquel Amorim dos. Estado da arte, política curricular e relações raciais: as pesquisas nas produções da ANPEd (2000-2015). 2017. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 38ª Reunião Nacional da ANPEd, São Luís/MA, outubro, 2017. ISSN 2447-2808.

SANTOS, Patricia Elaine Pereira dos. Notas de um projeto a partir do debate racial na escola e o impacto para jovens estudantes. 2019. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 39ª Reunião Nacional da ANPEd, Niterói/RJ, outubro, 2019. ISSN 2447-2808.

SOUSA, Andréia Lisboa de. O imaginário do leitor: exercício de leitura com alunas/os de escola pública. 2015. Trabalho apresentado no GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais). Anais da 37a Reunião Científica da ANPEd. Florianópolis, outubro de 2015. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <<https://anped.org.br/biblioteca/item/o-imaginario-do-leitor-exercicio-de-leitura-com-alunos-de-escola-publica>>.

STEFENSON, Eleonora Abad. Diálogos interculturais no currículo de História: identidades étnico-raciais, saberes escolares e vivências estudantis na rede pública do Rio de Janeiro. 2019. Trabalho apresentado no GT 21(Educação e Relações Étnico-Raciais). 39ª Reunião Nacional da ANPEd, Niterói/RJ, outubro, 2019. ISSN 2447-2808.

Referências COPENE

ANGELO, Viviane R. S. Discursividade a respeito da lei 10.639/03: um estudo de caso em rede privada de ensino. *X COPENE*, Uberlândia/MG, 2018.

BATISTA, RAQUEL APARECIDA. Práticas Educativas Promotoras de Igualdade Racial na Educação Infantil: Desconstruindo Preconceitos e Fortalecendo Identidades. *IX COPENE*, Dourados/MS, 2017.

CARVALHO, Angélica Roxinsky de. MAIA, Camila Pereira .FIDELIS, Débora de Farias. Da Lei à Prática: Relações Étnico-Raciais na Escola. *VIII COPENE*, Belém do Pará/PA, 2014, p.8.

COELHO, Cristiane do Espírito Santo. ABREU, Edna Abreu. A Lei 10.639/03 e suas dificuldades de aplicação nas escolas: a necessidade de Políticas Afirmativas na Educação Básica. *VIII COPENE*, Belém do Pará, 2014, p. 22

FIDELIS, Augusto Juvenal Correa. NORONHA, Diego de Matos. SILVEIRA Marta Iris Camargo Messias da Silveira. O Sujeito em Construção: a experiência de um professor em formação. *VIII COPENE*; Belém do Pará/PA, 2014, p. 09.

FERREIRA, Michele Guerreiro. Antirracismo, Desobediência Epistêmica e Descolonização dos Currículos Escolares: a Luta Continua! *IX COPENE*, Dourados/MS, 2017.

GOMES, LUIZ CARLOS AMARAL. Práticas da Implementação da Lei 10.639/03: Duas experiências exitosas. *IX COPENE*, Dourados/MS, 2017.

LAURINDO, Gabriela Franklin. LOURENÇO, Júlio Omar da Silva. SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos. Diversidade(s) e Diferença(s) na Escola: Discutindo Raça e Currículo no Contexto Escolar. *X COPENE*, Uberlândia/MG, 2018.

LOPES, Tania Aparecida. A Prática Docente e as Relações Raciais: Tensões Existentes e Caminhos Possíveis. *IX COPENE*, Dourados/MS, 2017.

MATTOS, Tatiane Pacheco de. SILVA, Tiago Dionisio da. Título: A Questão Racial na Educação do 1º Segmento: Reflexões para além dos muros da Escola. *VIII COPENE*, Belém do Pará/PA, 2014, p. 83.

MARQUES, Patrícia de Barros. Currículo Descolonizado, Educação Antirracista: Antigos Dilemas, Novos Desafios. *IX COPENE*, Dourados/MS, 2017.

NASCIMENTO, Luciana. A consolidação de um currículo afro-referenciado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: diálogo sobre práticas outras, decoloniais. *X COPENE*, Uberlândia/MG, 2018.

RODRIGUES, Efigenia das Neves Barbosa. FOSTER, Eugênia da Luz Silva. As Vozes dos Professores: Reflexões sobre a Questão Étnico-Racial no Currículo Escolar do Ensino Fundamental. *VIII COPENE*, Belém do Pará/PA, 2014, p.35.

SILVA, Anderson Pires da. A Construção da Identidade Negra na Escola: O Ensino da História da África e dos Afrobrasileiros na Escola Estadual Raimundo Nonato Torres da Cidade de Cachoeirinha – TO. *VIII COPENE*, Belém do Pará/PA, 2014, p.4.

SILVA, Claudilene. Identidade, Memória e Cultura Negras como Conteúdo Curricular. *IX COPENE*, Dourados/MS, 2017.

SILVA, EDUARDO VINÍCIUS MOTA E. Formação Continuada à Distância para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira para Professores de Educação Física. *IX COPENE*, Dourados/MS, 2017.

SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha de. Por uma Educação Transgressora: antirracista. *X COPENE*, Uberlândia/MG, 2018.

SOUZA, Viviane Kelly Fernandes de Carvalho. SILVA, Delma Josefa da. Educação das Relações Étnico-Raciais: Desatar Nós e visibilizar imagens significativas de uma África que nos constitui. *VIII COPENE*, Belém do Pará/PA, 2014, p.87.

VIDAL, Grazielle de Mores. Esse garoto é igual a mim?: Representatividade e Implementação da Educação Étnico-Racial na Educação Básica. *IX COPENE*, Dourados/MS, 2017.